

O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: Uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades do assistente social na APAE

Maura Cardoso Witt¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar o resultado da experiência de estágio, no processo de formação acadêmica no Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade LaSalle, Canoas/RS. O campo de estágio foi na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE, localizado na Rua Antônio Estanislau, Bairro Santa Rita, no Município de Três Cachoeiras, R/S. O período do estágio curricular obrigatório foi de agosto de 2022 a julho de 2023. O trabalho ocorreu a partir da intervenção do Assistente Social no grupo de mulheres/mães acompanhadas na APAE, através de entrevistas e rodas de conversas. O tema norteador das discussões foram os desafios e as possibilidades dos filhos com deficiência, abordando a superproteção, a autonomia e estratégias para o fortalecimento dos vínculos nas relações familiares. O objetivo geral do projeto foi promover um espaço reflexivo para as mulheres/mães com filhos com deficiência, que frequentam a APAE, a fim de oportunizar trocas de experiências, fortalecendo sua função protetiva na perspectiva do protagonismo de seus filhos. Os objetivos específicos, promover os grupos a fim de socializar suas dúvidas e experiências; ofertar palestras socioeducativas com informações para o acesso aos direitos sociais e fortalecer sua função protetiva; proporcionar um acolhimento coletivo e ou individual para as mulheres/mães refletir sobre os seus diferentes papéis sociais. O projeto de intervenção foi desenvolvido com a participação de 5 mulheres/mães com filhos com deficiência. A metodologia do projeto definiu a Teoria Social Crítica, e o método materialista histórico. O trabalho é de natureza descritivo, com abordagem qualitativa. Os principais instrumentos utilizados foram as entrevistas, escuta e o grupo reflexivo. O projeto buscou em todo seu processo proporcionar um espaço coletivo de fortalecimento para as participantes, diante das vivências que as fragilizam em seu cotidiano. A técnica de grupos seguiu o modelo de Pichon Riviére. Os principais resultados do projeto foram o reconhecimento das mulheres de seus papéis sociais; a compreensão dos desafios de ter um filho com deficiência, mas

¹ Discente do Curso de Serviço Social da Universidade La Salle - Unilasalle, matriculado na disciplina de Trabalho de Conclusão sob a orientação da coordenadora Estelamaris Dihl de Barros. e-mail: estelamarisdihl@unilasalle.edu.com.br. Data de entrega: 30 nov. 2023.

que há possibilidades em desenvolver autonomia; a necessidade do autocuidado, de garantir um momento de leitura, alguma atividade física e a importância de ter um espaço coletivo de trocas, de fortalecimento que ofereça informações potencializando a função protetiva da família.

Palavras-chave: Serviço Social; Mulheres/Mães; Filhos com Deficiência

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo atende a exigência para a conclusão do Curso de Bacharelado em Serviço Social na Universidade LASALLE. O processo de estágio ocorreu em uma organização da sociedade civil, vinculada às políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, localiza-se na Rua Antônio Estanislau, Bairro Santa Rita no Município de Três Cachoeiras, R/S. O período do estágio foi de agosto de 2022 a julho de 2023. As discussões desta comunicação refletem o processo de intervenção do Assistente Social no grupo de mulheres/mães que participam das atividades na APAE, enquanto seus filhos faziam os atendimentos.

No decorrer do estágio I e II, observamos algumas situações que fragilizavam as relações familiares e sociais das mulheres/mães com filhos com deficiência. Assim buscou-se com a implantação do projeto, ofertar um espaço no formato de rodas de conversas para as mulheres/mães compartilhar sentimentos e juntas fortalecer as relações sociais no mundo privado e público.

O objetivo geral do projeto foi promover um espaço reflexivo para as mulheres/mães com filhos com deficiência, que frequentam a APAE, a fim de oportunizar trocas de experiências, fortalecendo sua função protetiva na perspectiva do protagonismo de seus filhos. Os objetivos específicos permitiram, promover os grupos reflexivos para socializar suas dúvidas e experiências; ofertar palestras socioeducativas com informações para o acesso aos direitos sociais e fortalecer sua função protetiva; proporcionar um acolhimento coletivo e ou individual para as mulheres/mães refletir sobre os seus diferentes papéis sociais. O projeto de intervenção foi desenvolvido, com 5 mães com filhos com deficiência.

A metodologia do projeto segue a Teoria Social Crítica, e o método materialista histórico mostrou o caminho a ser seguido. Conhecemos a realidade, refletimos sobre as demandas e intervimos em sua totalidade, considerando as particularidades de cada mulher/mãe. O trabalho é de natureza descritivo, com abordagem qualitativa. Os principais instrumentos utilizados foram as entrevistas, escuta e o grupo reflexivo. O projeto buscou em todo seu processo proporcionar um espaço coletivo de fortalecimento para as participantes, diante das vivências que as fragilizam em seu cotidiano.

A técnica de grupos que aplicamos, foi inspirada pelo modelo de Pichon Riviére, é uma técnica de grupo que se fundamenta na concepção de aprendizagem, isso quer dizer aprender é apropriar -se ativamente e criativamente da realidade. Os principais resultados do projeto foram, o reconhecimento das mulheres de seus papéis sociais; a compreensão dos desafios de ter um filho com deficiência, mas que há possibilidades em desenvolver autonomia; a necessidade do autocuidado, de garantir um momento de leitura, alguma atividade física e a importância de ter um espaço coletivo de trocas, de fortalecimento que ofereça informações potencializando a função protetiva da família.

O profissional de serviço social na APAE, dentro de suas competências e atribuições carrega em sua essência profissional estratégias para fortalecer os vínculos e as relações familiares, identificando os processos particulares e sociais. Assim, fortalecendo o protagonismo e a cidadania através do acesso a informações para a garantia de seus direitos, mediante articulações com a rede intersetorial, socioassistencial e um trabalho interdisciplinar na perspectiva da autonomia e pertencimento social.

2. O SERVIÇO SOCIAL E O TERCEIRO SETOR: Uma reflexão acerca dos desafios e possibilidades do assistente social na APAE

Neste capítulo refletiremos o papel do Terceiro Setor na sociedade e seus desafios e possibilidades na oferta de serviços, programas e projetos buscando atender as lacunas deixadas pelo Estado. Na sequência apresentaremos a APAE, seus serviços e demandas e as atribuições do Assistente Social na instituição.

2.1 DISCUTINDO TERCEIRO SETOR

A expressão “Terceiro Setor” foi inicialmente utilizada na década de 1970 por pesquisadores dos Estados Unidos da América e, a partir da década de 1980 passou também a ser usada por pesquisadores europeus. São instituições que não fazem parte do Estado e nem do mercado, que não pertencem ao setor público nem ao setor privado, estando assim em um terceiro setor, que corresponde ao campo da sociedade civil organizada, este consiste em um diversificado conjunto de instituições como fundações, associações comunitárias, organizações não-governamentais, entidades filantrópicas e outras, que são iniciativas privadas, porém sem fins lucrativos, que atuam em prol do bem e da cidadania.

É regulamentado pelas leis nº 9637/98, nº 12.101/09 e nº 91/1935 e Decreto Legislativo nº 3.100/99 e o novo marco dado pela lei nº 13.019/2014. As primeiras evidências do terceiro setor estão relacionadas a criação da Santa de Misericórdia, de cunho totalmente assistencialista, por Brás Cubas em 1543 (IRMANDADE DA SANTA DE MISERICÓRDIA, 2012).

O terceiro setor está inserido em um contexto social e econômico, onde a sociedade passa por extremas dificuldades, como: desemprego estrutural, situação de pobreza e extrema pobreza, desvalorização da moeda, elevados índices de juros, fatores que contribuem com o acirramento da questão social. Mas, é importante lembrar que o terceiro setor surge vinculado à caridade, o desejo de ajudar o próximo. Mas, nos 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Terceiro Setor recebe incentivos do Estado em seu marco legal e capacitações, a fim de estabelecer parcerias na execução das políticas públicas.

Segundo Rodrigues (1998):

O terceiro setor se configura no decorrer das últimas décadas dentro de contextos sociais, econômicos e políticos complexos, estatais, com mudanças aceleradas causadas pela globalização e grande desenvolvimento tecnológico e científico, porém, rodeado de muita pobreza e desigualdade social. Assim, o terceiro setor surgiu como uma nova configuração de relutância, às consequências da questão social, trazendo consigo a preconização de práticas voltadas ao voluntariado, a filantropia e principalmente a responsabilidade social (RODRIGUES, 1998).

Atualmente o terceiro setor tem se destacado na sociedade, devido a oferta de serviços, programas e projetos no fomento e exercício da cidadania. Entende-se por cidadania, conforme Pinski e Pinski (2003):

Ser cidadão é ter direito a vida, a liberdade, a propriedade, a igualdade perante a lei: é um resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e

políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantam a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito a educação, ao trabalho, ao salário justo, a saúde, a velhice tranquila, exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais (PINSK; PINSK, 2003, p. 9).

O terceiro setor se dá pela necessidade de atender as lacunas deixadas pelo modelo de um Estado Mínimo. Como aponta Paes (2010) apud Costa e Freitas (2012, p. 114) “o Estado por si só não tem capacidade de gerar o bem-estar social, fomentar o progresso econômico, resguardar o meio ambiente e melhorar a qualidade de vida da população”.

A relação entre o primeiro e terceiro setor caracteriza-se pela atividade pública desenvolvida pelo terceiro setor. Neste sentido, o conceito “terceiro setor” se expande nas décadas de 1980 e 1990, a partir da necessidade de o Estado assumir um papel mínimo na implementação do modelo neoliberal, e partilhar com a família e a sociedade civil organizada a responsabilidade da proteção social.

Na literatura de montano (Apud NETTO, 2016) entende-se que:

O fenômeno do terceiro setor não surgiu por acaso, e está intrínseco em uma realidade ao mesmo tempo complexa e contraditória. Assim, para o autor, o terceiro setor está relacionado ao projeto neoliberal, que surgiu como uma resposta do capitalismo a sua crise estrutural, exigindo medidas e alterações para a “reestruturação geral do capitalismo”, como “o combate ao trabalho (as leis e políticas trabalhistas e as lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas “reestruturação produtiva” e a “ reforma do Estado”[...] (contra)- reforma do Estado, que para além de liberar, desimpedir e desregulamentar a acumulação do capital, concebendo-se como parte da reforma (“flexibilização,” precarização) das bases de regulação das relações sociais- políticas e econômicas-, portanto, articulada a reestruturação produtiva e ao combate ao trabalho, no seio da reestruturação do capital. É, assim, uma verdadeira contrarreforma, operada pela hegemonia neoliberal, que procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais e dos trabalhadores (MONTANO,2010, p. 26-29).

Viver em sociedade sempre foi adaptar-se às mudanças e às diversidades. A sociedade desenvolveu-se, porém, não de forma igualitária. Sempre existiram diferenças sociais, culturais e financeiras entre os cidadãos e os mais desprovidos de recursos são os mais prejudicados em relação ao acesso a serviços básicos como saúde, educação, habitação entre outras políticas. O Estado que deveria oferecer a proteção social para todo cidadão, muitas vezes não cumpre seu papel, por assumir o modelo de Estado Mínio, principalmente em países subdesenvolvidos.

Para Nogueira (2004), apud Parente (2008):

O Estado que deveria criar condições favoráveis a população e suprir suas necessidades básicas de subsistência como saúde, educação, segurança, cria mecanismos para eximir-se de suas obrigações, respaldado por um ideário neoliberal que se utiliza da sociedade civil organizada para legitimar sua ausência (NOGUEIRA, 2004, apud PARENTE, 2008, p. 121).

O desenvolvimento do terceiro setor decorre das sensíveis alterações nas modalidades de resposta às sequelas da questão social. Diante da forte crítica que se faz das políticas sociais universais, contratualistas e constitutivas de direito de cidadania (MONTANO, 2002).

Conforme Iamamoto (2001), as mudanças na configuração do Estado e o repasse de responsabilidade para o terceiro setor causam impacto também no profissional do serviço social, surgindo novas funções e competências. Os projetos sociais do terceiro setor são de interesse privado, e não público, quando o atendimento voltado para parcelas específicas da sociedade se torna seletivo, passando o trabalho do assistente social a ter sentido e diferentes resultados, o que transforma o significado do trabalho profissional, assim como sua abrangência.

Mesmo com todos os desafios, é de grande importância a presença dos assistentes sociais no terceiro setor, pois são estes profissionais responsáveis por formular políticas públicas e programas sociais.

2.2 HISTÓRIA DAS APAEs DO BRASIL

A História da Apae no Brasil, surge com as reflexões e questionamentos de, Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma portadora de síndrome de Down. No seu país, já havia participado da fundação de mais de duzentas e cinquenta associações de pais e amigos; e admirava-se por não existir no Brasil, algo assim. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio,

para que instalassem uma escola para crianças excepcionais, conforme desejo do professor Fayette Cortes.

A entidade passou a contar com a sede provisória onde foram criadas duas classes especiais, com cerca de vinte crianças. As crianças cresceram, tornaram-se adolescentes e houve a necessidade de atividades criativas e profissionalizantes. Surgiu, assim, a primeira oficina pedagógica de atividades ligadas à carpintaria para deficientes no Brasil, por iniciativa da professora Olivia Pereira. Após, a ideia foi formação de um conselho e a criação da Federação de APAEs. A Federação das Apae foi fundada no dia 10 de novembro de 1962, e funcionou durante vários anos em São Paulo no consultório do Dr. Stanislaw krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória foi Dr. Antônio Clemente Filho.

Com a aquisição de uma sede própria a Federação foi transferida para Brasília. Adotou-se como símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra de proteção. A federação, se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília/DF.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma sociedade civil filantrópica, de natureza cultural, educacional e assistencial. Além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade pode contribuir na associação. O objetivo das Apaes é promover ações de prevenção, diagnóstico, reabilitação, tratamento e inclusão social de pessoas com deficiências. A instituição oferece educação especial e estrutura para tratamento de deficientes físicos e intelectuais.

As APAEs têm como missão de promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços e apoio a famílias, direcionadas a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência e a construção de uma sociedade justa e solidária, na perspectiva da inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Em maio de 1989 foi fundada em Três Cachoeiras, no primeiro momento um Centro de Atendimento Especial, com o objetivo de atender crianças que apresentassem determinadas limitações e não obtinham rendimento em escola regular. Com a mobilização dos pais, a prefeitura locou uma casa, onde um profissional especializado realizava os atendimentos, de forma precária pois não havia recursos humanos e financeiros disponíveis.

Dentro desse contexto, em 28 de agosto de 1990, por iniciativa de lideranças municipais e com a presença de pais dos excepcionais, representantes da Educação Estadual, a comunidade, bem como representantes da APAE de Torres constitui-se a primeira diretoria desta APAE de Três Cachoeiras, como representante legal Sr. Asteroide da Silva Cardoso e demais membros da diretoria.

A APAE Três Cachoeiras, busca em sua organização promover e articular ações de defesas de direitos, prevenção, orientação e inclusão de seus usuários, bem como a prestação de serviços direcionados a qualidade de vida das pessoas com deficiência e seus familiares, através da promoção de um espaço institucional onde sejam acolhidos, respeitados, valorizados e preparados para conhecer suas limitações e diferenças, mas principalmente considerar suas habilidades, acreditando sempre que é preciso se permitir para crescer. E traz como objetivo fortalecer a inclusão, a habilitação e a reabilitação, a preparação para o trabalho e a inserção da pessoa com deficiência na comunidade em que vive. A instituição se vincula as políticas de assistência social, saúde e educação.

2.3 ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL EM APAEs

O assistente social está inserido em diferentes espaços de trabalho, dentro da APAE, o profissional tem a função de promover e articular ações de defesa de direitos, apoio às famílias, estudar o ambiente socioeconômico e cultural dos usuários, suas famílias e comunidade, propondo e executando ações direcionadas a melhoria da qualidade de vida dos usuários, acesso aos seus direitos como a convivência comunitária. Atua, também, com ações socioeducativas com objetivo de construir estratégias de inclusão e pertencimento social. Apoio socioassistencial, encaminhamentos e acompanhamentos com a rede socioassistencial e intersetorial.

O profissional media o acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada) e Carteira de Passe Livre para transporte de forma gratuita, e isenção de impostos na compra de veículos de locomoção entre outros.

Observamos, no período de estágio, que a demanda pelos serviços do serviço social vem aumentando a cada dia. São diferentes expressões da questão social como o desemprego, ausência e ou renda insuficiente para garantir os cuidados com a família, a superproteção que fragiliza a autonomia dos filhos, o preconceito, a negação e ou sentimento de culpa pela condição do filho entre outras. Ser assistente

social exige uma capacidade de relacionar-se com indivíduos, saber ouvir, desvelar a realidade social em que o usuário está inserido e criar estratégias de intervenção. Através de suas competências teórico-metodológicas, ético-político e técnica-operativa. (ABESS, 1996).

Para Iamamoto (2003, p. 94):

A leitura hoje predominante da “prática profissional” é de que ela não deve ser considerada “isoladamente” “em si mesma”, mas em seus “condicionantes” sejam eles “internos” – os que dependem do desempenho profissional – ou “externos” – determinados pelas circunstâncias sociais nas quais se realiza a prática do assistente social. Os primeiros são geralmente referidos a competências do assistente social como, por exemplo, acionar estratégias e técnicas; a capacidade de leitura da realidade conjuntural, a habilidade no trato das relações humanas, a convivência numa equipe interprofissional etc. Os segundos abrangem um conjunto de fatores que não dependem exclusivamente do sujeito profissional, desde as relações de poder institucional, os recursos colocados à disposição para o trabalho pela instituição ou empresa que contrata o assistente social; as políticas sociais específicas, os objetivos e demandas da instituição empregadora, a realidade social da população usuária dos serviços prestados etc.

Cabe salientar que a instrumentalidade do profissional assistente social se faz necessário, pois além de estabelecer os objetivos da ação, a execução da prática profissional envolve a intencionalidade e a definição com qualidade do instrumental técnico-operativo para sua ação interventiva.

3 A QUESTÃO SOCIAL: e suas expressões na APAE de Três Cachoeiras

3.1 A QUESTÃO SOCIAL NA HISTÓRIA

A questão social origina da Revolução Industrial no século XIX na Europa, onde aconteceram importantes mudanças na estrutura da sociedade. Assim, surge uma nova categoria de trabalhadores, os operários, os quais passam a exigir melhores condições de trabalho pois, muitos se encontravam em situações de extrema pobreza. Foi neste momento histórico, que se passa a estudar a questão social. A questão social traz em sua gênese a relação desigual entre o capital e a classe trabalhadora, e a classe burguesa e o Estado, sendo tensionada a formular e implementar políticas sociais.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1983, p. 77):

A questão social não é se não as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO E CARVALHO, 1983, P. 77).

A questão social é agravada pelo avanço do capitalismo. Com sua marcha expansionista, compreendido no período entre o século XVII e XIX, marcado pela transição da face mercantil para a industrial. Para SINGER, (1987, p. 87), o “Capitalismo é um sistema socioeconômico em que os meios de produção são propriedades privadas de uma classe social em contraposição á outra classe trabalhadores não proprietário”.

Questão social refere-se às desigualdades e injustiças sociais decorrentes da concentração de renda, da falta de acesso aos serviços básicos, como saúde e educação, da discriminação e exclusão social de grupos vulneráveis, como negros, mulheres GLBT entre outros. Questão social é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve aspectos econômicos, políticos, culturais e históricos e requer ações integradas e políticas públicas eficazes para combatê-la.

Segundo lamamoto:

É neste contexto em que se afirma a hegemonia do capital industrial e financeiro que emerge sob novas formas a chamada “questão social”, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado [...] É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (lamamoto,2001. p.77).

Assim, a questão social passa a ser objeto do Serviço Social, após o movimento de reconceituação, a partir da década de 1980. A categoria profissional assume a teoria social crítica social, a qual permite conhecer a realidade, através de pesquisas e das práxis, propor ações e junto com os usuários intervir nas demandas.

Neste contexto, lamamoto (2004) afirma que:

O que se reivindica, hoje que a pesquisa se afirme como uma dimensão, integrante do Exercício profissional, veste ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas

profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios éticos políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais, que são objetos de trabalho do assistente social. (IAMAMOTO, 2004, p. 56).

Pensar o objeto de trabalho do assistente social, é refletir sobre a luta de classe desde a revolução industrial e como ela veio se transformando e se fazendo presente na sociedade. Na sociedade pautada no modo de produção capitalista, a condição de dono do capital versus a força do trabalho, acaba por perpetuar esta luta. Porém, faz-se necessário essa reflexão de Rodrigo Castelo (2006):

A maturidade de uma classe ocorre quando esta desenvolve uma consciência de classe, desvincilhando-se da ideologia da classe dominante e determinando objetivamente suas condições reais de existência, as contradições dos seus interesses com seu modo de vida e a elaboração de propostas para superar tais contradições. Rodrigo Castelo (2006, p. 108).

Inseridos, em uma sociedade capitalista que defende os interesses do capital a luta da classe trabalhadora é a defesa dos direitos sociais, das políticas públicas, das leis trabalhistas as quais permitem, de fato, o enfrentamento das expressões da questão social.

3.2 AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA APAE DE TRÊS CACHOEIRA

As expressões da questão social que permeiam a rotina das famílias atendidas na APAE são as condições de moradia, a dificuldade no acesso aos serviços da política de saúde, de educação, a baixa escolaridade, dependência química, o envolvimento no crime entre seus membros, situação de pobreza, entre outras. A instituição apesar de focar seu trabalho na habilitação e reabilitação de crianças e adolescentes com deficiência tem em seu contexto atravessamentos vivenciados pelas mulheres/mães com seus filhos com deficiência. Cabe ao profissional no uso de seus conhecimentos, habilidade e atitudes desvelar estes atravessamentos e construir possibilidades de intervenção.

Segundo Iamamoto (2000):

O conhecimento não é só um verniz que se sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado, mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. (IAMAMOTO, 2000, p. 63).

Nesse contexto, permeado por diferentes expressões da questão social, que o serviço social materializa seu trabalho, ao se inserir em um espaço de trabalho permeado por desafios, traz como objetivo oportunizar o acesso dos usuários e suas famílias as políticas públicas, fortalecer a participação social, o protagonismo e o pertencimento social.

4. O PROCESSO DE TRABALHO NO CAMPO DE ESTÁGIO

No decorrer do estágio, identificamos os fatores que afetam diretamente a vida cotidiana das mulheres/mães com filhos com deficiência, atendidos na APAE de Três Cachoeiras. Assim, buscou-se com a implantação do projeto, ofertar um espaço no formato de rodas de conversas para as mulheres/mães compartilhar seus medos, ansiedades, dúvidas e juntas fortalecer a construção de estratégias de superação. Oportunizar um espaço de trocas e reflexões foi muito além de superação das demandas compartilhadas pelas mulheres/mães, pois fortaleceu a função protetiva da família, com espaços de autonomia para todos os sujeitos. Portanto, entende-se o empoderamento com o processo de autonomia. Faleiros (1997, p. 62), coloca ainda que “o desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutele e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção decisões sobre o próprio destino”. Neste cenário, buscou-se desvelar as relações existentes nos contextos familiares, das mulheres/mães participantes do projeto, identificando as demandas e nas rodas de conversas, construindo pequenas ações possíveis de acontecer.

O objetivo geral do projeto foi promover um espaço reflexivo para as mulheres/mães com filhos com deficiência, que frequentam a APAE, a fim de oportunizar trocas de experiências, fortalecendo sua função protetiva na perspectiva do protagonismo de seus filhos. Promovemos ações para facilitar a execução do projeto, como grupos reflexivos para socializar suas dúvidas e experiências, palestras socioeducativas com informações para o acesso aos direitos sociais, a fim de fortalecer sua função protetiva da família, proporcionando um acolhimento coletivo e ou individual para as mulheres/mães, discutindo seus diferentes papéis sociais.

O projeto de intervenção foi desenvolvido com 5 mães com filhos com deficiência, que apresentavam situações de vulnerabilidade social e consequentemente a fragilidade nos vínculos familiares e sociais. O projeto Teoria Social Crítica, e o método materialista histórico mostrou o caminho a ser seguido. Conhecemos a realidade, refletimos sobre as demandas e intervimos em sua totalidade, considerando as particularidades de cada mulher/mãe. O trabalho é de natureza descritivo, com abordagem qualitativa. Os principais instrumentos utilizados foram as entrevistas, escuta e o grupo reflexivo. O projeto buscou em todo seu processo proporcionar um espaço coletivo de fortalecimento para as participantes, diante das vivências que as fragilizam em seu cotidiano.

A técnica de grupos que aplicamos foi inspirada pelo modelo de Pichon Riviére. É uma técnica de grupo que se fundamenta na concepção de aprendizagem, isso quer dizer aprender é apropriar-se ativamente e criativamente da realidade. O que pressupõe mudança no processo de transformação e a partir desse processo que o sujeito pode mudar a si mesmo o cenário que está atuando.

Segundo Lima (2006), o trabalho do assistente social com grupo reflexivo colabora para a formação de uma consciência crítica dos indivíduos frente a opressão e as vivências da realidade. Contribuindo com esse contexto, Faleiros (1997), traz que o assistente social deve inserir suas intervenções num movimento de mudança social, tomando o partido dos grupos desfavorecidos, a fim de serem alteradas as estruturas causadoras de injustiças e desigualdades.

Observamos durante o período de estagio que as principais demanda que chegam à instituição são as situações de deficiências mentais e físicas como: problemas relacionados a maturidade, Convulsão, Mielo Meningocele, Má Formação Genética, TEA, Síndromes Raras, Síndrome de Dawn, Macrocefalia e Microcefalia, Hiperatividade, problemas de motricidade e de desenvolvimento da fala. Também chega na APAE, vários encaminhamentos das escolas regulares com TDAH, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade, TOD, Transtorno Desafiador de Oposição.

Diante dessas demandas percebemos que as mulheres/mães apresentavam-se superprotetoras, com dificuldades em permitir movimentos de autonomia de seus filhos. Nas primeiras ações do projeto conversamos sobre superproteção, como

construir regras e como poderiam fortalecer a autonomia dos seus filhos com deficiências. Refletimos sobre capacidades, a partir de Campo e Miotto (2003), que compreende:

Como capazes (...) conseguem desempenhar com êxito as funções que lhe são atribuídas pela sociedade. Como incapazes sociais relacionadas são consideradas aquelas que, não conseguindo atender às expectativas ao desempenho das funções atribuídas, requerem a interferência externa, em princípio do Estado, para a proteção de seus membros. (CAMPO; MIOTTO, 2003, p. 184).

Nos grupos houve relatos das mulheres/mães, que evidenciaram que sua fragilidade no trato com seus filhos estava relacionada às expectativas de ter um filho saudável, e as frustrações e sentimento de culpa ao receber o diagnóstico da deficiência as levaram a superproteger seus filhos, e muitas vezes considerá-los incapazes era sinônimo de proteção.

A segunda ação do projeto focou no fortalecimento dos papéis sociais da mulher/mãe na sociedade. Iniciamos o encontro refletindo sobre os diferentes papéis sociais que desempenhamos na sociedade: ser mãe, mulher, trabalhadora. Apesar da herança patriarcal, a mulher busca seu espaço, seu lugar na sociedade, assumindo novos papéis, para além de dona de casa, mãe e esposa. O grupo trouxe, que as mulheres estão hoje ocupando cargos de liderança nas empresas, universidades e nos governos. Ao longo do tempo, muitas conquistas foram asseguradas no que se refere à cidadania das mulheres e a própria implementação de políticas públicas. Esse processo teve seu ápice com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual direitos sociais, políticos, sexuais e reprodutivos foram incorporados. Todas essas conquistas foram resultadas de movimento feminista, que tem um histórico de lutas derivadas.

Após a discussão, realizou-se uma dinâmica, com objetivo no fortalecimento de vínculos. Cada uma deveria atribuir uma qualidade a colega que estava ao lado. Observou-se que durante a dinâmica o grupo demonstrou surpresas com as qualidades recebidas, expressavam sentimentos de afeto e carinho em relação às colegas. O objetivo dessa ação foi de fortalecer as relações sociais entre o grupo e potencializar o protagonismo.

Para Lisboa; Manfrini (2005):

[...]das demandas do cotidiano e de situações enfrentadas pelas mulheres. Atualmente, as reivindicações se pautam na consolidação e na garantia de acesso aos direitos previstos na lei, na ampliação da democracia e na igualdade de oportunidades com respeito as diferenças (LISBOA; MANFRINI,2005, documento on-line).

No entanto, foi necessário discutir sobre as questões de gênero, considerando a importância da defesa dos direitos e da igualdade entre os indivíduos para a construção de uma sociedade mais justa.

Terceira ação do projeto – o grupo garantiu uma acolhida e escuta para os sentimentos de culpa, medo, tema trazido por elas. Esse encontro aconteceu com a participação de uma psicóloga, profissional que atua na instituição que foi convidada para uma abordagem psicossocial neste encontro. A psicóloga fez uma fala sobre o sentimento de culpa, após trouxe algumas questões biológicas que podem levar a deficiência dos filhos e por fim, refletiu sobre a condição de ser mãe, o que podemos fazer para a fim de cuidar da saúde do bebê. O grupo trouxe o pré-natal, a qualidade de vida neste período. Estas reflexões trouxeram falas de alívio, por verbalizar que fizeram o que podiam.

Oliveira (2003) destaca:

A contemporaneidade exige cada vez mais profissionais qualificados, dotados de conhecimentos especializados e atualizados, com capacidade flexibilidade para encaminhar diferentes situações, bem como analisar e decodificar a realidade social. (OLIVEIRA, 2003, p.43).

O trabalho interdisciplinar amplia as possibilidades no processo de intervenção, diferentes olhares sobre o mesmo fenômeno permitiu as mulheres/mães refletir sobre os seus sentimentos com maior profundidade.

A quarta ação do projeto de intervenção - ocorreu no formato de caso, uma mãe trouxe sua experiência com filho diagnosticado de Síndrome Chiari tipo 2, relatou que foi superprotetora, sentia culpada pela deficiência do filho, com dificuldades em aceitar a autonomia e independência do filho. Relatou que com o tempo percebeu o quanto estava prejudicando seu filho, não acreditava que ele seria capaz de ter uma vida independente, dentro de suas limitações. Trouxe para o grupo que hoje sente-se outra mãe, feliz e realizada ao ver o filho independente, lutando para conquistar seus sonhos.

A professora Dra. Josimeire Angelica Stocco (2018), no artigo Autonomia dos Filhos, ressalta que: “a autonomia a ser instigada aos filhos é aquela que está acompanhada de responsabilidade, de Co dependência quando necessário, de Liberdade quando possível, e de muito diálogo sempre”. Na maioria das vezes, a superproteção é um estilo parental que comunica a dificuldade dos adultos em lidar com seus próprios limites emocionais e com as necessidades dos filhos.

A quinta ação do projeto - aconteceu com a presença de sete mulheres/mães participando da roda de conversa. O tema gerador deste encontro foi os desafios no dia a dia, com os filhos. Entre os relatos, uma mãe trouxe seus desafios com dois filhos com TEA, uma com 6 e outro 4 com anos. Compartilhou com o grupo que o menor é mais tranquilo, porém quando a irmã faz algo, fica muito agressivo, ambos acordam cedo. Que são agitados quando não atendidos de forma imediata em suas demandas. Outra mãe, traz que também enfrenta desafios, mesmo com um filho sua rotina é intensa, pois o filho é muito agitado, não aceita o que é proposto, precisou criar estratégias no trato com o filho e obteve resultados ao ser mais firme.

Outra mãe com dois filhos com TEA relatou estar muito cansada, porque os filhos gritam, choram, são agitados e desorganizam-se com facilidade. Já em outro relato, a mãe trouxe uma experiência positiva no trato com a filha, que nasceu com paralisia cerebral. Disse que a menina dorme bem, faz gestos apontando o que quer, solicita ajuda para fazer as necessidades fisiológicas e que a filha é uma benção em sua vida.

A sexta ação do projeto, reforça os papéis sociais, refletindo sobre quem é a mulher que está atrás da mãe? Neste dia houve a participação de uma professora de Educação Física. Houve um momento de alongamento, a profissional falou sobre saúde, a importância de fazer uma atividade física, socializou alguns espaços que ofertam atividades. Após a atividade física, a profissional falou sobre a qualidade de vida, a melhora da capacidade cognitiva, além da redução dos níveis de ansiedade e estresse.

As mulheres/mães gostaram das atividades físicas, e relataram que buscam garantir algumas atividades para sua qualidade de vida e para controlar o estresse, como ler livros, assistir vídeos de autores e monges. Relataram não fazer atividades físicas, mas que iram tentar incluir em suas rotinas. Percebe-se que essa oficina

impactou de forma positiva o grupo, pois se mostraram interessadas nas atividades. Observamos que compartilharam suas ideias e sentimentos e demonstraram motivação em buscar pequenas atividades que lhes deem maior qualidade de vida.

A Organização Mundial de Saúde define qualidade de vida como uma percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. Dentro de toda mãe, antes de tudo existe uma mulher.

Na sétima ação do projeto - o tema proposto foi a respeito do conhecimento que elas têm sobre as políticas sociais, programas e projetos sociais, assim como oficinas que existem no município como: o Projeto Pequeno Cidadão, oficinas de Artes e Dança, Jiu-jitsu para crianças de 6 a 11 anos, Arte de Rua para adolescentes, Artes e dança, Fortalecimento de Vínculos, grupo de mães, gestantes e com crianças de 0 a 5 anos e grupo de idosos "Mente Ativa" a partir de 60 anos. Após a apresentação dos serviços ofertados, uma delas relatou que o filho está frequentando o projeto Pequeno Cidadão, as outras não estão acessando os serviços no momento.

A oitava ação do projeto – foi o momento de avaliarmos as ações ofertadas no projeto, um pequeno feedback. Após, foi aplicada a pesquisa de satisfação sobre as ações que foram desenvolvidas havendo um espaço para colocarem suas sugestões. Destacamos que o grupo seguirá na instituição, houve pertencimento e as mulheres/mães formaram sua rede de apoio.

Ao finalizar as ações desenvolvida com as mulheres/mães da APAE, aplicamos um questionário de avaliação deste processo,

Abaixo segue os dados:

4.2 SÍNTESE DA PESQUISA SOBRE AVALIAÇÃO DO PROJETO

Mulheres	Avaliação dos temas	Comentários sobre o projeto

M1	Muito Bom	<i>Eu gostei muito, foi muito bom tudo que aprendi aqui nos encontros. Agora me sinto mais forte e motivada a lutar pelos direitos do meu filho, obrigada por tudo.</i>
M2	Muito Bom	<i>Acho que qualquer assunto que venha trazer informações para nós é sempre bem-vindas, dúvidas sempre vão existir, mas cruzamos com pessoas que podem nos ajudar. Obrigada pelo carinho e dedicação.</i>
M3	Muito Bom	<i>Adorei participar, só me arrependo de não ter participado desde o início, muito enriquecedora as oficinas, obrigado pela injeção de ânimo que nos deu e pelo jeito acolhedor que nos recebeu, vou sentir saudade dos nossos encontros.</i>
M4	Muito Bom	<i>O projeto me ajudou muito, pois agora me sinto mais fortalecida e confiante, diante dos desafios enfrentados com meu filho. Quero agradecer você pelo carinho e dedicação enquanto estive aqui.</i>
M5	Muito bom	<i>No início fiquei um pouco confusa em participar, mas na medida em que o tempo foi passando fui pegando gosto pelos encontros, é um momento de troca, onde a gente até esquece um pouco dos problemas, para mim foi muito enriquecedor.</i>

FONTE: Maura Cardoso Witt

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir dos dados coletados, compreende-se que o projeto de intervenção, foi de extrema relevância para as mães participantes por possibilitar um espaço de aprendizado e troca de experiência, o qual foi possível realizar reflexões acerca de processos sociais e posicionamento de enfrentamento. Assim como, também possibilitou o fortalecimento das relações afetivas e sociais na abordagem dos temas e informações relevantes, para o grupo superar suas dificuldades e ou demandas.

Neste sentido, atingiu-se o objetivo pois, significou o empoderamento diante do processo de autonomia. Faleiros (1999, p. 62) coloca que: “O desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade da afirmação da própria palavra e da construção de decisões sobre a própria palavra e da construção de decisões sobre seu próprio destino”.

O projeto realizou todas as ações propostas e manteve as mulheres motivadas e participativas até o final, ressaltando a importância da intervenção na vida das mulheres/mães, pois a cada ação realizada, percebeu-se o desejo de mudança no cotidiano da vida. Como os relatos a seguir: “Estou cansada” (M1, 2023); “Isso sempre foi assim” (M2, 2023); “Nem falo mais nada” (M3, 2023); “Fui muito humilhada” (M4, 2023). No decorrer do projeto, essas frases foram substituídas por: “Agora vou à luta” (M1, 2023); “Me sinto outra mulher” (M2, 2023); “Jamais vou aceitar que me humilhe” (M3, 2023); “Vou lutar pelos meus direitos” (M4, 2023).

Neste contexto, o projeto mostra-se relevante a instituição e a continuidade dos encontros, os quais possibilitarão o fortalecimento de novos atores sociais, pois o empoderamento é um processo que necessita de oferta de serviços e espaços contínuo para esta construção. Mais do que cumprir os objetivos, o projeto possibilitou ao grupo de mães a construção de uma nova perspectiva de vida, no que diz respeito a representação social, as relações particulares e sociais, a mobilização coletiva para ampliar no acesso aos direitos e assim, deslumbrando um novo projeto de vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da revisão teórica realizada, consta-se que o serviço social é uma profissão habilitada a intervir nas diversas manifestações da questão social, atuando em diferentes espaços sócios ocupacionais, em especial nas ONGs. Estas são expressões do terceiro setor e neste espaço são colocados para os assistentes sociais desafios diários.

A realização do estágio supervisionado em serviço social na APAE, de Três Cachoeiras foi de extrema importância para elaboração desse artigo. O contato com a realidade das pessoas com deficiência e suas famílias, contribuiu para o entendimento da prática profissional neste segmento. Desvelar e intervir em contextos tão diversos, os quais sofrem atravessamentos pelas expressões da questão social e provocam sofrimentos, sentimentos de culpas e medo de não conseguir atender as necessidades de seus filhos, é desafiador para o profissional em Serviço Social.

A mobilização das mulheres/mães para a participação no projeto, no primeiro momento, não houve adesão. Mas, persistimos no convite e no primeiro encontro vieram cinco. No decorrer do projeto houve a participação de sete mulheres/mães. Outro ponto importante a ser considerado foram as intervenções proposta, as quais possibilitaram as mulheres/mães um espaço de socializações de suas vivências, e através de discussões e reflexões garantiram o fortalecimento da autonomia, de conexão com seu eu mulher, ou seja, como diferentes papéis sociais da mulher na sociedade.

Observamos a partir dos resultados do projeto o empoderamento das mulheres/mães e o desejo de ser proativas na garantia de seus direitos, assim fazer parte da ruptura de modelos excludentes através da participação coletiva nos diferentes cenários que discutem políticas de inclusão social. Contudo, faz se necessário que o profissional tensione instituições e espaços públicos para a oferta continua destas práticas inclusiva.

Os principais resultados do projeto foram, o reconhecimento das mulheres de seus papéis sociais; a compreensão dos desafios de ter um filho com deficiência, mas que há possibilidades em desenvolver autonomia; a necessidade do autocuidado, de garantir um momento de leitura, alguma atividade física e a

importância de ter um espaço coletivo de trocas, de fortalecimento que oferte informações potencializando a função protetiva da família.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, M. S. MIOTO, R. C. T. **Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira.** Revista Ser Social, n. 12, p. 165-190, jan./ jun. 2003.

CASTELO, B. R. **A “questão social” na origem do capitalismo:** pauperismo e luta operária na teoria social de Marx e Engels / Rodrigo Castelo Branco. Rio de Janeiro: UJRJ / Escola de Serviço Social, 2006.

CECCIM, R; MACHADO, N. **Contato domiciliar em saúde coletiva.** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

FALEIROS, V. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo, Cortez, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional / Marilda Villela Iamamoto. 23 ed. São Paulo, Cortez, 1996.

IAMAMOTO **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Questão social no Capitalismo. IN: TEMPORALIS** Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa. ABEPSS. Ano II, nº3, janeiro a junho de 2001.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil.** Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IRMAMDAD DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA. **História.** Disponível em: http://www.scms.org.br/noticia.as?codigo=44&COD_MENU=24. Acesso em 21/09/2023.

João Henrique do Vale (9 de novembro de 2013). < **Moradores fazem ato em Sete Lagoas contra o fechamento das Apaes**> Jornal Estado de Minas Consultado em 4 de setembro de 2021. Cópia arquivada em 4 de setembro de 2021.

MANUAL DE FUNDAÇÃO DAS APAES – **APAE Brasil.** Disponível em < <https://novosite.apaebrasil.org.br>>. Acesso em 21 de setembro de 2023.

MARTINELLI, M. **Serviço Social: identidade e alienação**. 5. Ed. São Paulo :Cortez, 1997, p. 165.

MONTANO, Carlos. **Das Lógicas do Estado às Lógicas da Sociedade Civil. Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez n. 59, 2010.

MONTANO, Carlos **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6ª ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **CINCO NOTAS A PROPÓSITO DA “QUESTÃO SOCIAL”**. In: Revista Temporalis/ Associação Brasileira de Ensino e pesquisa em Serviço Social, nº 3 Brasília, Graflin, 2001.

O que é Associação de pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)?>Sou Enfermagem. 10 de março de 2023. Consultado em 10 de março de 2023.

OLIVEIRA, C. **A centralidade do estágio supervisionado na formação profissional em serviço social**. França: UNESP/FHDSS, 2003.

PARENTE, juliano. **Revista de Educação**. São Paulo :Anhanguera Educacional S.A. 2008- vol. XI nº 12.

POLONIA, Ana da Costa; Dessem, Maria Auxiliadora. **Em Busca de uma compreensão das relações entre família e escola**. Psicologia Escolar e Educacional. Vol. 9. N. 2, Brasília, DF, 2005. Pp303-312.

Professora Dra. Josimeire Angelica Stocco de C. N. da Silva Diretora-Geral das Unidades1, 2 e 3, pós-doutorado em Educação pela PUC/SP. Doutora em Educação pela PUC/SP. Mestra em Educação, Especialista em educação infantil.

RODRIGUES. Maria Lúcia Prates. **Demandas Sociais Versus Crise de Financiamento: O Papel do Terceiro Setor no Brasil**. Revista de administração Pública. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas nº 32. 1998.

SASSAKI, R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SINGER, P. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica**. 10.ed. São Paulo: Moderna, 1987, p. 87.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencial. Texto da Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009.

<https://stocco.com.br/autonomia-dos-filhos-opção-e-sua-porem> acessado em 29/10/2023.

<https://bvsmis.saude.gov.br/acessado> em 23/10/2023.

